



“História dos Índios no Brasil”: experiências de um curso de formação de professores

LUISA TOMBINI WITTMANN*

O curso de formação de professores “História dos Índios no Brasil”¹, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina (NEAB/UDESC), é um projeto de extensão que busca colaborar com a implementação da Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino de história e cultura indígenas em âmbito escolar.² O curso tem estreitado a relação entre a universidade e a educação básica ao formar educadores da rede pública por meio de materiais pedagógicos e do debate sobre o que tem sido discutido no campo acadêmico da Nova História Indígena. Com objetivo de compartilhar e gerar conhecimento sobre a temática indígena, o material apresentado propõe reflexões sobre desafios e possibilidades dos estudos históricos e do ensino da temática, dentro e fora das aldeias indígenas; sobre singularidades históricas e culturais de etnias distintas, em diferentes períodos e regiões do Brasil; sobre leis dirigidas aos indígenas e lutas cotidianas protagonizadas por eles. Pretende-se, dessa forma, visibilizar a presença indígena em nossa história comum, na sociedade atual e no futuro do Brasil.

Atualmente o curso, realizado à distância pela Plataforma Moodle, é integrante do Programa Memorial Antonieta de Barros, coordenado pelo professor Paulino de Jesus Francisco Cardoso e aprovado pelo edital nacional do governo federal ProExt, Ministério da Educação (MEC/SESu).³ Sua terceira edição, de abrangência nacional, recebeu no período de inscrição

* Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professora do curso de História e pós-graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), onde coordena projetos de extensão e de pesquisa na área de História Indígena.

¹ Agradeço como coordenadora as equipes das três versões do curso, especialmente aos tutores, aos coordenadores de tutoria e aos bolsistas discentes de extensão Tamires Tavares Pacheco, Carina Santos de Almeida, César Cancian Dalla Rosa, Kerollainy Rosa Schutz, Luiza Tonon da Silva, Larissa Canuto Dantas, Arielle Rosa Rodrigues, Felipe de Oliveira Uba, Roberto Carlos Silva e Silva e Mariana Heck Silva.

² A Lei n. 11.645/08 torna obrigatório no currículo dos ensinos fundamental e médio (público e privado) o estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena. A lei, sancionada no dia 10 de março de 2008 pelo então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, especifica no conteúdo programático a abordagem de aspectos das histórias, culturas e lutas dos povos indígenas no Brasil, no âmbito de todo o currículo escolar. Disponível em: <<http://goo.gl/WEzIV2>>.

³ O Programa Diversidade Étnica na Educação, do qual o curso faz parte como projeto de extensão da Universidade do Estado de Santa Catarina (Edital PAEX 03/2014), coordenado pela professora Cláudia Mortari, foi ranqueado em primeiro lugar pela Pró-Reitoria de Extensão, que avaliou todas as ações extensionistas da referida universidade.

2

mais de cinco mil e-mails de interessados⁴, o que demonstra a enorme demanda dos professores por formação na área e a lacuna existente entre as pesquisas universitárias e as salas-de-aula, tanto das escolas como dos cursos de licenciatura. Ao participarem do curso de formação, almeja-se que os educadores se apropriem de referenciais históricos para refletir a respeito da temática e que incorporem nos currículos e nas práticas pedagógicas conteúdos e ações que possibilitem que a comunidade escolar estabeleça uma reflexão sobre a diversidade brasileira, bem como construa possibilidades para o enfrentamento da discriminação.

A observação das relações sociais no Brasil denuncia a existência de atitudes preconceituosas da população não-indígena diante da indígena. Populações ameríndias são subestimadas, o que invisibiliza sua presença e importância na sociedade passada e atual. Os currículos escolares de tradição eurocêntrica, que excluem reflexões acerca da História dos Índios no Brasil, dificultam ainda mais o entendimento dos papéis de sujeitos indígenas na formação da sociedade brasileira. O sancionamento pelo governo federal da Lei 11.645, ao mesmo tempo em que contribui para a introdução dos estudos indígenas na área educacional, representa o rompimento do silêncio oficial sobre a questão. A forma estereotipada ou a ausência da temática indígena nos materiais e nas atividades educacionais devem ser combatidas, sendo necessárias ações que possibilitem uma inclusão escolar, transformando os currículos com base no conhecimento histórico. Desta forma, será possível elaborar novas abordagens de ensino na escola, estimulando a valorização e o respeito à diferença. Concebendo a educação como um dos principais mecanismos de transformação de uma sociedade reafirma-se o papel da universidade no estímulo da formação de profissionais portadores de conhecimentos, valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diversidades e as características próprias de grupos e de minorias. Nessa perspectiva, se abre caminhos para a ampliação da cidadania, contribuindo para a construção de uma sociedade mais igualitária e solidária.

Compreender as discussões historiográficas e se apropriar de conteúdos relativos a temática indígena é fundamental para a prática de ensino. A lei é uma demonstração do esforço recente do governo brasileiro em desenvolver políticas de reparação ao tratamento de exclusão

⁴ As estratégias de divulgação incluíram a elaboração de um cartaz digital com as principais informações do curso, divulgação do mesmo em redes sociais e telefonemas e e-mails a secretarias de educação municipais e estaduais e instituições potencialmente interessadas, consolidando uma eficiente rede de contatos. A equipe manteve inclusive os dados daqueles que não conseguiram vaga - distribuídas por ordem de chegada de e-mails -, para divulgar informações sobre novas edições do curso.

3

oferecido historicamente a determinados grupos da nossa sociedade. Porém, sabemos que a lei, por si só, não garante o efetivo impacto a que se propõe, sendo de fundamental importância que haja iniciativas de instituições diversas, entre elas universidades públicas. O artigo primeiro da Lei 11.645/08, referente ao conteúdo programático, explicita que “incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil”. As pesquisas atuais no campo da História Indígena, em consonância com o proposto pelo governo federal, tratam não somente de denunciar uma história de violência e exclusão vivenciadas pelas populações ameríndias, mas de finalmente inserir os índios como sujeitos da História do Brasil.

O curso busca estimular o estudo e o ensino da temática indígena através da valorização do conhecimento histórico, do reconhecimento da diversidade e do respeito às referências culturais indígenas da sociedade brasileira, em consonância com a Lei 11.645/08. Quanto à parte operacional, se mostraram essenciais o planejamento tático das atividades a serem desenvolvidas e as reuniões de orientação e avaliação quinzenais com a coordenadora do curso. A metodologia específica para a execução do projeto se divide em dois momentos: o planejamento e formatação do curso pela equipe organizacional e a execução do curso para os professores-cursistas.⁵ O sistema de acompanhamento é responsável pelas ações didáticas, pedagógicas e motivacionais que possibilitem o permanente diálogo com os participantes e garante uma operacionalização do processo de ensino-aprendizagem.⁶ Em relação aos conteúdos, vale destacar aqueles que contribuirão para o alcance da lei, sendo compartilhados no curso de formação de professores História dos Índios no Brasil: A escrita da História Indígena; Ensino de História Indígena (em

⁵ O curso é gratuito e tem duração prevista de 2 meses e meio, com carga horária atual de 140 horas e 200 vagas oferecidas para professores da rede pública de todo o país. Os recursos didático-metodológicos utilizados na plataforma digital são: leituras individuais de textos, discussões dirigidas através de fóruns online (respostas, réplicas, tréplicas), pesquisas e comentários de materiais complementares, análises de recursos midiáticos (TV, propagandas, filmes) e de fontes históricas (iconográficas, visuais, sonoras e escritas).

⁶ Os tutores realizam o acompanhamento cotidiano das atividades dos cursistas. Instigam discussões temáticas e teóricas com postagens frequentes ao comentar as respostas dos professores aos fóruns (exigindo novas participações, quando necessário), além de corrigir criteriosamente (e solicitar alterações, quando necessário) o plano de atividade final do curso, que é uma proposta de ação pedagógica sobre a temática a ser implementada nas escolas.

4

escolas não-indígenas e indígenas); Histórias e Culturas indígenas; Legislação Indigenista e Movimentos Sociais Indígenas.⁷

O primeiro módulo, intitulado “História Indígena: ensino e historiografia”, apresenta leituras e questões essenciais para o questionamento dos estereótipos presentes em nossa sociedade acerca das populações indígenas e, além disso, para a reflexão sobre os desafios da escrita da história indígena. Afinal, é possível escrever a história de povos ágrafos? Quando se condenou os índios ao passado remoto e ao extermínio futuro? Quais estereótipos podemos e devemos ultrapassar através do conhecimento de nossa própria história? Estas e outras questões são abordadas nos textos de Luisa Tombini Wittmann e Giovani José da Silva, ambos tecendo considerações necessárias sobre escrita da história e a abordagem da temática indígena na educação básica, não mais como opção, mas como preceito no currículo de todas as escolas do país. Mais do que isso, o texto de Giovani nos estimula a refletir sobre o ensino-aprendizagem para além do espaço escolar não indígena. A experiência de Silva como docente na aldeia Bodoquena, em Porto Murtinho, Mato Grosso do Sul, possibilita que sejam reveladas narrativas Kadiwéu acerca do passado. Alteridade e diversidade saltam das palavras do autor-professor, fazendo com que o leitor perceba que há, de fato, diferentes formas de se viver e de se contar a História. São mesmo de admirar as histórias narradas por Giovani e pelos Ejiwajegi, que se tornaram “antropólogos de si mesmos”.

O segundo módulo, intitulado “Histórias e Culturas Indígenas”, apresenta dois textos sobre diferentes contextos da História do Brasil, cujo tema é o contato entre indígenas e não-indígenas. Quando se conta uma história, seja ela das missões jesuíticas no período colonial, seja das relações interétnicas entre imigrantes europeus e indígenas, o grande tema é o contato entre populações não indígenas e indígenas. Encontros e desencontros entre sujeitos que geralmente pensam e agem de maneira distinta. Todavia, essa relação entre sujeitos diferentes não deve ser

⁷ Os autores do material do curso são professores e pesquisadores da Nova História Indígena no meio universitário. Os tutores e o restante da equipe organizacional do curso discutem em conjunto o material obrigatório e complementar do curso, bem como outras leituras do campo da Nova História Indígena, nas reuniões do Grupo de Estudos Indígenas (GEI-UDESC), cujo intento é aprofundar os temas a serem discutidos com os cursistas, auxiliando no reforço do conhecimento de conteúdos e de conceitos concernentes à temática indígena. Materiais complementares como músicas, filmes, documentários, sites e artigos foram cuidadosamente selecionados e comentados pela equipe organizadora, de forma a disponibilizar um aporte extra aos professores-cursistas e, conseqüentemente, aos seus alunos. Instigou-se, inclusive, que fossem feitas relações entre esses materiais e os textos modulares obrigatórios.

5

pensada como um choque entre blocos imutáveis, em que os ditos vencidos aparecem como resistentes culturais, sobreviventes descaracterizados, à espera do desaparecimento ou já vítimas do extermínio. A história do contato foi e é muito mais interessante. Podemos recontá-la reconstruindo conflitos, diálogos, tensões e negociações. Uma história na qual os índios são protagonistas, percorrem caminhos que eles mesmos construíram.

É chegada a hora de lidar com a herança que relega os indígenas a um passado distante, como seres praticamente sem história e sem futuro. Eles foram e são sujeitos da história do Brasil. Se, por um lado, não foram vítimas passivas, por outro, não permaneceram intactos no contato com o outro. Diante da nova realidade, alteraram sua cosmologia, transformaram a si mesmos. Por isso, é importante ir além da visão de um processo geral de dominação que afeta apenas negativamente as sociedades indígenas. Sob essa ótica, sua completa e definitiva destruição, iniciada a partir da chegada dos portugueses, seria apenas uma questão de tempo. A visão derrotista, que não reserva futuro algum aos indígenas, arrasta consigo sua agência na história. É importante lembrar, inclusive, que as populações indígenas estão atualmente em crescimento demográfico no Brasil.⁸

Almir Diniz de Carvalho Júnior nos faz remontar aos tempos coloniais na Amazônia, aos indígenas que habitavam havia milhares de anos aquele território que passou a fazer parte do Império Português. Trata-se de índios cristãos (mulheres, crianças e homens) que tinham o domínio de afazeres singulares. Entre eles estavam os guias das florestas, que transitavam com esmero pela região, e os remeiros das grandes canoas, que percorriam os imensos rios amazônicos para transportar as famosas drogas do sertão. O texto em questão é uma verdadeira viagem ao mundo indígena, cristão e colonial, que rompe com ideias cristalizadas sobre a Amazônia e visibiliza ações de sujeitos de vital importância na História. Em Santa Catarina, por sua vez, os Xokleng-Laklãnõ se encontram em uma área conhecida como “Vale Europeu” e sofrem as consequências não só de uma memória, mas de uma história excludente. Para além da violência, sem se desprender dela, Luisa Tombini Wittmann reconstrói histórias de vida de indígenas em contato com imigrantes germânicos e agentes governamentais.

⁸ Houve um crescimento de 205% na população indígena brasileira nas últimas duas décadas. É possível visualizar os dados de 2010 através de mapas temáticos e gráficos encontrados no *site* oficial do IBGE. Ver Publicação completa sobre as “Características gerais dos indígenas”, com base no Censo 2010.

O terceiro módulo, intitulado “Legislação Indigenista e Movimentos Sociais”, apresenta a luta constante e conjunta dos povos indígenas no Brasil, além de histórias específicas de povos singulares no Nordeste e no Sul do país. Mariana Albuquerque Dantas centra sua análise histórica em Pernambuco, onde os indígenas tiveram sua identidade questionada e seus territórios suprimidos ao longo do século XIX. Esses grupos continuam a se identificar como índios, a lutar pelo reconhecimento de seus direitos coletivos e a realizar rituais como o Ouricuri, praticado pelos Fulni-ô. Por fim, Clovis Antonio Brighenti revela algumas das ações indígenas diante da exclusão recorrente ao longo da história do Brasil. O crescimento vertiginoso do movimento indígena nas últimas décadas demonstra a aliança de povos distintos por uma causa comum. O sentimento de pertencimento e de identidade dos índios como tal aumenta sua força e impulsiona a sociedade brasileira a elaborar e a cumprir leis mais condizentes com suas necessidades, inclusive a partir das lutas pelas demarcações de terras indígenas nos quatro cantos do país.

Ao final de cada módulo há um fórum de discussão, espaço onde os professores-cursistas respondem uma questão acerca da temática estudada. Os tutores comentam as respostas dos cursistas e solicitam mais de uma participação para aprofundar algum ponto, caso julguem necessário. Os fóruns são ricos espaços de diálogo entre os tutores e os cursistas, e entre os professores da rede básica que estão realizando o curso de formação. As tarefas e as problematizações propostas têm um papel estrutural no curso, pois exigem do cursista a aliança entre o aprendizado destes novos conteúdos e a realidade em sala de aula e a sua própria comunidade. As atividades instigam um olhar crítico do seu próprio meio escolar, bem como do seu proceder no ensino-aprendizagem, e a confrontação dessa sua autocrítica com o que exige a lei 11.645/2008. O exemplo mais pungente dos desnivelamentos entre a lei e a realidade foi a análise dos materiais didáticos disponíveis nas redes de ensino, os quais se mostraram obsoletos e muito distantes das necessidades impostas pela legislação. Abaixo, as atividades dos fóruns.

Fórum 1: Realize uma pesquisa nos materiais adotados pela instituição escolar na qual atua com intuito de verificar de que forma está inserida a temática indígena (como e quando os índios são retratados e representados). Posteriormente, faça uma sondagem em sala-de-aula perguntando aos alunos/as o que eles/as pensam sobre os índios. Na resposta ao fórum, relate suas experiências e aponte ao menos dois exemplos referentes aos materiais da escola e à conversa com os alunos/as, estabelecendo relações diretas com reflexões suscitadas pelos textos

“Introdução ou a escrita da História Indígena” e “Ensino de História Indígena”.⁹

Fórum 2: Após a leitura atenta dos textos intitulados “Índios cristãos na Amazônia colonial” e “Relações interétnicas ao sul”, aponte ao menos duas semelhanças e duas diferenças no processo de contato entre índios e não-índios no norte e em Santa Catarina. Cite exemplos da violência física e/ou simbólica sofrida pelos indígenas, mas também da agência dos índios como protagonistas das histórias narradas. Por fim, faça uma pesquisa sobre o povo indígena que vive mais próximo de você e apresente aqui alguns apontamentos sobre seu histórico de contato com não-indígenas, suas características socioculturais e suas lutas na atualidade.¹⁰

Fórum 3: Os textos “Identidades indígenas no nordeste” e “Movimento indígena no Brasil” nos fazem refletir sobre legislação indigenista e movimento social indígena. Atente para as políticas governamentais do Estado em relação às populações indígenas ao longo da história do Brasil e identifique as lutas dos índios por mudanças na legislação e para a garantia dos seus direitos. Neste sentido, aponte com suas palavras pelo menos seis exemplos de ações estatais e indígenas, com ênfase nas etnias Carnijó/Fulni-ô, Kaingang e naquela que vive mais próxima de você.

Ao longo do curso, sobretudo nas respostas ao primeiro fórum, percebemos um desconhecimento acerca de questões básicas da história e cultura indígenas.¹¹ Não é de se espantar que ainda se pense que os índios estão desaparecendo, ou mesmo que eles só podem ser assim denominados se estiverem vivendo nus no interior da floresta. Afinal, esse não é um assunto corrente nas salas das casas, nas ruas das cidades, nem mesmo nas aulas de que participamos nas escolas. Muitas questões foram, no entanto, aprofundadas, o que colaborará com a reflexão futura do tema pelos professores em sala de aula, estendendo o impacto desta formação à milhares de alunos pelo país afora. A seguir, algumas das ideias mais frequentes que surgiram e foram debatidas com afinco em todas as versões do curso História dos Índios no

⁹ Este fórum possuía a seguinte observação: Caso não esteja lecionando no momento, realize a pesquisa em materiais midiáticos (jornais, internet, revistas, etc.) e a sondagem no meio em que trabalha (público do museu, por exemplo) ou mesmo no seu círculo pessoal.

¹⁰ Este fórum possuía a seguinte observação: Atenção! Há duas reflexões a serem feitas neste fórum: relacionar os textos lidos e pesquisar sobre o povo indígena da sua região. É necessário, ao utilizar ideias e/ou frases retiradas de materiais, indicar referência completa.

¹¹ Outra dificuldade enfrentada foi a desistência de cursistas, o que é considerado comum no ensino à distância. Para evitar, ou minimizar o fenômeno, flexibilizamos os prazos das atividades individualmente quando necessário e possível, mesmo que o calendário do curso considere de antemão o período letivo escolar.

Afirma-se correntemente que as populações indígenas estão em vias de desaparecimento ou já fazem parte do passado. Utiliza-se, para isso, a palavra “extermínio”, decretando o fim de sua existência e de quaisquer possibilidades futuras. Outras vezes é apresentada uma visão conservadora, na qual a cultura indígena aparece ligada a uma tradição milenar, estabelecendo uma resistência absoluta que ignora as mudanças inerentes às relações humanas. Mesmo quando transformações culturais são percebidas, por vezes o índio é retratado como um mero remanescente que teve sua cultura destruída ou descaracterizada. Essas são posturas essencialistas, pois pensam o indígena como pertencente a uma cultura ideal e estática, ora como vencedor resistente, ora como derrotado pelas mudanças. O movimento da história não é apropriadamente levado em conta, como se as relações fossem – em uma perspectiva claramente reducionista – uma guerra contínua entre vencedores e vencidos, na qual ninguém se transforma.

A ideia de que índios deixam de ser índios quando usam roupas e têm acesso à internet, por exemplo, parte desse mesmo pressuposto de que a cultura indígena é – ou deve ser – imutável. Por um lado, temos facilidade em compreender como resultado óbvio do processo histórico as mudanças socioculturais em nossa sociedade, até mesmo entre poucas gerações familiares. Por outro, há uma dificuldade notável em entender as transformações ocorridas nas sociedades indígenas. Muitas delas, inclusive, foram ocasionadas por relações forçadas a partir da colonização europeia e, conseqüentemente, da escravização indígena e das missões evangelizadoras. As relações assimétricas de poder estabelecidas com não indígenas foram responsáveis até mesmo pela extinção de algumas línguas, etnias e culturas indígenas que aqui habitavam muito antes da chegada dos europeus. Culturas indígenas, sempre no plural.

Após a proclamação da República, e mesmo recentemente, a postura oficial do governo era a de transformar os indígenas. Dito de outra forma, de fazer com que os pertencentes a culturas classificadas como inferiores, portanto “selvagens”, se aproximassem do modelo considerado “civilizado”. Ao longo da história do Brasil, foram constantes os mecanismos de violência física e/ou simbólica criados para a integração dos indígenas à sociedade nacional. Hoje, ironicamente, exigimos deles – e não de nós mesmos – constância cultural, ao acusá-los de não serem mais genuinamente indígenas. Não teriam, portanto, direito a exigir políticas específicas e diferenciadas. É urgente e salutar que tenhamos mais consciência histórica e que

apoiemos suas lutas. Os povos indígenas querem viver conforme seu modo de vida, ou seja, anseiam pela possibilidade de ser dignamente quem são.

A reflexão sobre a história também nos leva a problematizar alguns termos. “Índio”, por exemplo, é tão amplo e genérico que turva a percepção de que povos indígenas são diferentes entre si. O equívoco de Cristóvão Colombo, que imaginou ter desembarcado nas Índias, acabou por classificar e homogeneizar o que era de fato – e ainda é – uma diversidade de etnias. Trata-se de diversas culturas, singulares e dinâmicas, em constante transformação. Atualmente o movimento indígena, que nas últimas décadas ganhou novo fôlego, luta não só pela retomada de suas terras, mas pela melhoria e pelo modo de vida de cada grupo étnico. Assim, o termo “índio” muda de significado: ele une comunidades distintas na luta por direitos comuns.

Décadas depois da chegada dos europeus ao que chamaram de Novo Mundo – certamente não o era para aqueles que denominaram índios –, os jesuítas deram início à tentativa de catequização dos nativos, ou, no termo de época, dos “gentios”. Os missionários criaram, portanto, outra palavra para designar os que não eram cristãos como eles. Os colonizadores, por sua vez, instituíram o binômio “tupi x tapuia”, que indicava uma relação de aliança ou conflito com os europeus, a qual vale dizer, era fluida, ou seja, poderia se alterar conforme as circunstâncias históricas e as motivações indígenas. Ambas as categorias foram perpetuadas pela documentação colonial como componentes de uma dicotomia que opunha o sertão – vazio e “selvagem” – ao litoral – colonizado e “civilizado”. Nesse caso, portanto, a denominação “tapuia” não é expressão designativa de uma etnia, pois incluía dezenas de grupos indígenas em uma palavra de origem tupi que alguns afirmam significar “inimigo”. Outras vezes, grupos indígenas foram chamados de “negros da terra” em contraposição aos africanos escravizados, os “negros da Guiné”, fazendo referência à sua condição de servidão. Índios, gentios, tupi, tapuia e negros da terra são, portanto, nomenclaturas construídas pelos europeus, colonizadores e/ou religiosos, conforme seus interesses e sua visão de mundo.

O objetivo maior do campo da Nova História Indígena é desvendar algumas das formas de pensar e agir de diferentes sujeitos históricos. O grande desafio é, sem dúvida, encontrar e analisar vestígios documentais que podem auxiliar na compreensão dos atos indígenas, agenciados dentro de um processo violento. Porém, estudos recentes sobre populações indígenas diversas revelam a possibilidade e produtividade do desafio. Mais do que sofrendores de uma

história dramática – vítimas passivas ou resistentes culturais – pesquisas recentes revelam aspectos dos encontros e desencontros entre duas culturas; do contato com o outro que gera ações e (res)significações. O exercício constante é colocar em cena o índio enquanto sujeito, guiado pela sua própria leitura do mundo, baseada tanto em experiências históricas, quanto naquelas desencadeadas pelo contato com o branco. Os ameríndios refletiram em seus próprios termos o processo pelo qual passavam, dando significado às novas realidades enfrentadas. Aos pesquisadores cabe dar visibilidade à presença deles na história, dando voz aos seus atos e interpretações. Diante da nova realidade, agiram, alteraram sua cosmologia, transformaram a si mesmos. Se, por um lado, não foram vítimas passivas, por outro, não permaneceram intactos no contato com o outro. Os novos elementos identificados são frutos dessas interações entre diferentes sujeitos, que se dão através dos tecidos permeáveis das culturas.

No Brasil de hoje se almejam o respeito para com as populações indígenas, a compreensão e o reconhecimento delas como protagonistas, e não apenas vítimas da história. Demonstra-se que foram e são agentes do contato. As sociedades indígenas sofreram, sem dúvida, com a conquista da América. Encaram, inclusive, as consequências dessa longa e excludente história. Contudo, mesmo diante de um processo violento, não se deve reduzir a dinamicidade histórica às atrocidades dos brancos. Houve e há ações indígenas diante de situações adversas e diversas, inclusive daquelas resultantes de relações de poder bastante desiguais. Apesar das imposições, as sociedades indígenas, distintas umas das outras, criam, interpretam, agem e vivem.

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. O ensino de História para populações indígenas. *Em Aberto*, Brasília, v. 14, n. 63, p. 105-116, jul.-set. 1994.
- CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769)*. 2005. 402 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. No Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é. Entrevista. *Revista Aconteceu*, São Paulo, 2006.
- CORDEIRO, Enio. *Política indigenista brasileira e promoção internacional dos direitos das populações indígenas*. Brasília: Instituto Rio Branco, 1999.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Os direitos dos índios: ensaios e documentos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; SMC; Fapesp, 1992a.
- DANTAS, Mariana Albuquerque. *Dinâmica social e estratégias indígenas: disputas e alianças no aldeamento do Ipanema, em Águas Belas, Pernambuco (1860-1920)*. 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- FERNANDES, Joana. *O índio: esse nosso desconhecido*. Cuiabá: EDUFMT, 1993. 149 p.
- FUNARI, Pedro Paulo; PIÑON, Ana. *A temática indígena na escola: subsídios para professores*. São Paulo: Contexto, 2011.
- GARCIA, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.
- GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (Org.). *Índios no Brasil*. Brasília: MEC, 1994.
- LACERDA, Rosane. *Os povos indígenas e a constituinte: 1987-1988*. Brasília: CIMI, 2008.
- LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MENDES JUNIOR, João. *Os indígenas do Brasil, seus direitos individuais e políticos*. São Paulo: Hennes Irmãos, 1912.
- MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas: história e resistência dos índios. In: NOVAIS, Adauto (Org.). *A outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 237-249.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MONTEIRO, John Manuel. *Tupi, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. 2001. Tese (Livre Docência) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). *A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.
- OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.
- OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Laced; Museu Nacional, 2006.

RICARDO, Carlos Alberto; RICARDO, Fany. *Povos indígenas no Brasil: 2006-2010*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Política indigenista no Brasil imperial. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil imperial, volume I: 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 175-206.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência Xokleng*. Florianópolis: Edeme, 1973.

SILVA, Aracy Lopes da (Org.). *A temática indígena na sala de aula: subsídios para professores de 1o e 2o graus*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (Org.). *Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola*. São Paulo: Global; Fapesp; Mari, 2001a.

SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (Org.). *Práticas pedagógicas na escola indígena*. São Paulo: Global; Fapesp; Mari, 2001b.

SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (Org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1o e 2o graus*. Brasília: MEC; Mari; USP, 1995.

SILVA, Edson Hely. *O lugar do índio: conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no século XIX: o caso de Escada-PE (1860-1880)*. 1995. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1995.

SILVA, Giovani José da *et al.* (Org.). *Dinatitalo okomaga gobagatedi* (Construído pelas nossas próprias mãos). Coletivo de Autores Indígenas. Campo Grande: Secretaria de Estado de Educação, 2005. 2 v.

WITTMANN, Luisa Tombini. *O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí (1850-1926)*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.